



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000
Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70
administracao@santanadavargem.mg.gov.br

Mensagem 025/2023

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Gabinete do Prefeito

Data: Santana da Vargem, 09 de maio de 2023

Senhor Presidente,

Em apenso, encaminho o Projeto de Lei nº 027, de 09 de maio de 2023, que **“Altera a Lei Municipal 1.610, de 14 de março de 2022, que dispõe sobre a criação da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar no Município de Santana da Vargem e dá outras providências.”**

O Projeto ora enviado, tem como objetivo atualizar a relação do Município com a Feira Livre Municipal. Calcados no princípio da legalidade, o ente público somente pode agir dentro dos limites previstos em Lei, desta forma, para que se tenha o bom andamento e o futuro da feira livre Municipal, se faz necessário que a lei seja atualizada.

Outra alteração que vale nota, refere-se a atualização de nomenclaturas de organizações e representações que estavam equivocadas e já não estavam mais em vigor.

Por derradeiro, buscamos a melhora da feira livre no Município de Santana da Vargem, como forma de desenvolvimento econômico, da agricultura familiar e de uma alimentação saudável para todos os vargenses.

Sem mais para o momento, reitero votos de mais elevada estima e consideração e me deixo a disposição para sanar eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente


JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Santana da Vargem	
PROTOCOLO	
16 MAIO 2023	
Horas: 08:51	
Ass: Davi	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000

Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

Projeto de Lei nº 027, de 09 de maio de 2023

“Altera a Lei Municipal 1.610, de 14 de março de 2022, que dispõe sobre a criação da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar no Município de Santana da Vargem e dá outras providências”

Art.1º – O artigo 4º, da Lei Municipal 1.610, de 14 de Março de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º - A Feira será representada por um conselho gestor composta por representantes do poder público municipal, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, EMATER-MG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Produtores Rurais, COOPASV (Cooperativa de Pequenos Agricultores de Santana da Vargem), Vigilância Sanitária e representantes dos feirantes.”(NR)

Art.2º – O artigo 6º, da Lei Municipal 1.610, de 14 de Março de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º - A Feira Livre funcionará às sextas feiras no horário de 06 (seis) às 12 (doze) horas, podendo, no entanto, a critério do Executivo, juntamente com o Conselho Gestor, designar outros dias e horários.”(NR)

Art.3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana da Vargem, 09 de maio de 2023


José Elias Figueiredo
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000

Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

LEI MUNICIPAL 1.610, DE 14 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a criação da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar no Município de Santana da Vargem-MG e dá outras providências.

O povo de Santana da Vargem, por meio de seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo de Santana da Vargem autorizado a criar a “Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar do Município de Santana da Vargem-MG”.

Art. 2º - A Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar de Santana da Vargem destinar-se-á à venda, exclusivamente a varejo, de verduras, legumes, frutas, aves vivas e abatidas, gêneros alimentícios, laticínios, ovos, pescados frescos, mel, café moído, em grão, industrialização caseira, produtos da lavoura e seus subprodutos, plantas ornamentais, flores, produtos da agroindústria artesanal e artesanato.

Parágrafo Único - Permite-se à atuação, no recinto da feira, de comerciantes caracterizados como artesãos e produtores hortifrutigranjeiros do Município.

Art. 3º - Não será permitida a venda de produtos oriundos da exploração, que contrariam o ordenamento jurídico ambiental.

Art. 4º - A Feira será representada por um conselho gestor composta por representantes do poder público municipal, Coordenação Municipal de Agricultura e Abastecimento, EMATER-MG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Produtores Rurais, União dos Pequenos agricultores de Santana da Vargem, Vigilância Sanitária e representantes dos feirantes.

Parágrafo único - O presidente eleito pelos membros do Conselho Gestor da Feira Livre Municipal deverá ser residente do Município de Santana da Vargem.

Art. 5º – O Conselho Gestor deverá elaborar, e submeter à aprovação, o Regimento Interno da Feira, no período de 60 dias a contar da data de aprovação desta lei.

Art. 6º - A Feira Livre funcionará às sextas feiras no horário de 07 (sete) às 12 (doze) horas, podendo, no entanto, a critério do Executivo, juntamente com o Conselho Gestor, designar outros dias e horários.

Art. 7º - O local de instalação do feirante será fixado e devidamente respeitado, ficando os respectivos feirantes obrigados a procederem a retirada de suas mercadorias, em até 30 (trinta) minutos, após o horário de término de funcionamento da Feira.

Art. 8º - Depois de descarregados, os veículos, deverão ser imediatamente retirados para outro local, a fim de se evitarem acidentes ou prejudicar o trânsito no recinto da Feira.

Art. 9º – Não é permitida a permanência ou o trânsito de veículos no recinto da Feira durante o horário de seu funcionamento, cabendo aos fiscais da Prefeitura Municipal, tomar as medidas que julgarem cabíveis visando à retirada dos mesmos.

Art. 10 - Para as instalações das barracas, obedecer aos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000

Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

- a) Espaço mínimo de 2,0 (dois) metros entre uma e outra, a fim de permitir a passagem do público.
- b) As barracas deverão ser dispostas em alinhamento, de modo a ficar uma via de trânsito no centro, e terão sua frente voltada para esta via;
- c) As barracas obedecerão a um tipo padrão, devendo ser desmontável, de acordo com o modelo oficial da Prefeitura Municipal;
- d) O feirante é obrigado a conservar a barraca a ele destinada em perfeito estado de conservação e higiene.
- e) O feirante é responsável pela limpeza da barraca e do local no entorno da mesma.

Art. 11 – Não é permitido aos feirantes abandonarem no recinto da Feira, as mercadorias restantes que não tenham sido vendidas, cuja sobra deverá ser imediatamente recolhida em local apropriado.

Art. 12 – Caberá a Prefeitura Municipal instalar lixeiras na área da Feira Municipal.

Art. 13 – O feirante ficará obrigado a estabelecer sua barraca pelo menos 02 (duas) vezes num período de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de cancelamento de sua matrícula e devolução do kit feirante.

Parágrafo Único - O Conselho Gestor fará constar, em livro próprio, a frequência do feirante.

Art. 14 – Na disciplina interna das feiras, ter-se-á em vista:

- I – Manutenção da ordem e do asseio;
- II – Equilíbrio no seu provisionamento, obedecendo a uma regularidade de oferta;
- III – Proteção aos feirantes e consumidores contra as manobras prejudiciais aos seus interesses.

Art. 15 – O número de feirantes será determinado pelo Conselho Gestor.

Art. 16 – Ficar sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal:

- a) providenciar a aquisição das barracas para os feirantes;
- b) as barracas serão providenciadas no prazo máximo de até 90 (noventa) dias contados da publicação dessa Lei.

Art. 17 - Ficam estabelecidas as seguintes categorias de feirantes

CATEGORIA A – Agricultor Familiar;

CATEGORIA B - Artesão;

CATEGORIA C - produtos de confeitaria e/ou processados;

CATEGORIA D – Produtores Hortifrutigranjeiros no Município;

CATEGORIA E – Produtores de plantas ornamentais e flores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000

Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

CATEGORIA F - Pescador artesanal /ou criador;

CATEGORIA G - Entidade associativa.

Art. 18 – A matrícula do feirante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos à Coordenação Municipal de Agricultura e Abastecimento.

a) CATEGORIA AGRICULTOR FAMILIAR

I – Carta de aptidão fornecida pela EMATER-MG.

II- Atestado de sanidade física fornecido pela a Secretaria Municipal de Saúde anualmente, de residência do feirante.

III - 02 (dois) retratos, tamanho 3x4.

b) PARA AS DEMAIS CATEGORIAS:

I - os documentos a que se referem os itens II e III, da alínea acima.

II – os documentos de criação da associação

c) PARA CATEGORIA Entidade Associativa:

I - os documentos a que se referem os itens II e III, da alínea “a”;

II – documentos de criação e/ou comprovação da associação requerente.

Art. 19 – A matrícula será concedida a título provisório, podendo ser cancelada a qualquer tempo caso haja descumprimento de qualquer artigo desta Lei ou do Regimento Interno.

Parágrafo Único - A concessão e punição de que trata este artigo será de responsabilidade do órgão do Executivo Municipal responsável pela Feira juntamente com o Conselho gestor.

Art. 20 - Mais de um produtor poderá se associar para participar da Feira, com uma única barraca, porém, todos eles deverão ser cadastrados.

Art. 21 - Cada feirante não poderá ter mais de uma matrícula, consequentemente, não poderá também possuir mais de uma barraca.

Art. 22 - Não é permitido aos feirantes comercializar produtos não classificados nesta Lei.

Art. 23 – Somente serão permitidas as transferências de matrículas, nos seguintes casos:

a) Por morte do feirante, para o nome do herdeiro legal, desde que o requeira até 90 (noventa) dias, a contar da data do óbito;

b) Por doença infectocontagiosa ou incapacidade física do feirante, devidamente comprovadas, para o cônjuge ou filho, desde que a requeira até 90 (noventa) dias, a contar da data do atestado médico respectivo.

c) Por encaminhamento pelas Associações participantes e/ou feirantes e aprovada pelo Conselho gestor da Feira.

Art. 24 - A matrícula será cassada, quando constatada a prática das seguintes infrações:

a) Venda de mercadorias deterioradas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000

Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

- b) prática de comercialização de mercadoria produzida por terceiros, o que caracteriza “atravessador”, exceto nos casos previstos no Regimento Interno;
- c) Cobrança superior aos valores de mercado;
- d) fraude nos preços, medidas ou balanças;
- e) comportamento que atente contra a integridade física ou moral;
- f) transgressão de natureza grave das disposições constantes desta Lei;
- g) e outras infrações constantes do Regimento Interno.

Art. 25 – A manutenção da ordem e da disciplina, bem como a segurança no expediente da Feira, estará a cargo da Polícia Militar, a qual deverá ser solicitada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 26 – Haverá durante a Feira Municipal, fiscais da Prefeitura Municipal, a fim de observar e fazer observar as disposições da presente Lei e o Regimento Interno.

Parágrafo Único - Ao fiscal caberá manter rigorosa fiscalização no que se refere à higiene, examinar os produtos expostos à venda, mandando retirar os que julgar impróprios ao consumo, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei, ficando ainda, responsável pela elaboração do relatório das ocorrências verificadas no recinto da feira, o que será feito em livro próprio, que ficará sob a guarda da Prefeitura Municipal e levado ao conhecimento do Conselho gestor da Feira Municipal.

Art. 27 – Cabe a Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a Vigilância Sanitária, a Coordenação Municipal de Agricultura e Abastecimento fiscalizar a produção, a qualidade, a origem e a venda dos alimentos.

Art. 28 - Na Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar também poderão ser realizados shows e atrações artísticas em geral, desde que devidamente autorizado pela Prefeitura Municipal.

Art. 29 – As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 30 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santana da Vargem, 14 de Março de 2022

JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO
Prefeito Municipal